



BRASÍLIA, A CIDADE DO TRABALHO OU DO LAZER? RE-VISITANDO SEUS ESPAÇOS E TERRITÓRIOS

BRASÍLIA, A CITY OF PLEASURE OR BUSINESS? REVISING SPACES AND TERRITORIES

Por:

Elcie Helena C. Rodriguez
Elaine Cristina dos S. Ferreira
Hélia Ferreira Dutra

E-Revista Facitec, v.1 n.2, Art.5, dezembro. 2007.

http://www.facitec.br/erevista/index.php?option=com_content&task=view&id=9&Itemid=2

Todos os direitos, inclusive de tradução, são reservados. É permitido citar parte de artigos sem autorização prévia desde que seja identificada a fonte. A reprodução total de artigos é proibida. Os artigos só devem ser usados para uso pessoal e não comercial.

Em caso de dúvidas, consulte a redação: revistafacitec@facitec.br.

A e-Revista Facitec é a revista eletrônica da FACITEC, totalmente aberta, inaugurada em Janeiro de 2007, com perfil acadêmico, é dedicada a professores, pesquisadores e estudantes.

Para mais informações consulte o site

www.facitec.br/erevista.

Brasília, a cidade do trabalho ou lazer? Re-visitando seus espaço e territórios

Elcie Helena C. Rodrigues, Elaine Cristina dos S. Ferreira e Hélia Ferreira Dutra



BRASÍLIA, A CIDADE DO TRABALHO OU DO LAZER? RE-VISITANDO SEUS ESPAÇOS E TERRITÓRIOS

BRASÍLIA, A CITY OF PLEASURE OR BUSINESS? REVISING SPACES AND TERRITORIES

Resumo

A proposta deste artigo centra-se na busca de uma outra percepção na produção deste espaço da cidade de Brasília. A idéia é fugir do "lugar comum" presente nos estudos disponíveis, em sua maioria à luz da Arquitetura e o Urbanismo, percebendo-se gradativa aproximação com a Geografia. Espera-se como resultado, oferecer argumentos que deixem emergir uma cidade planejada, pautada no corolário modernista de Le Corbusier, em princípio, funcionalista e compartimentado nos setores e serviços, mas que estimula o encontro a partir do exercício de suas funções sociais, das quais se destaca uma significativa importância ao uso do espaço às práticas de lazer e turísticas, em suas diversas expressões.

Palavras-Chave: Lazer, espaço urbano, paisagem, Carta de Atenas, Brasília.

Abstract

The proposal of this article focuses on the search for a different perception in the production of this area of the city of Brasilia. The idea is to escape the "common place" in the available studies, mostly in the light of Architecture and Urbanism, perceiving themselves gradual rapprochement with the geography. It is expected as a result, offer arguments that emerge leave a city planned, based on the result of modernist Le Corbusier, in principle, functionalist and compartmentalised in industries and services, but that stimulates the meeting from the exercise of their social functions, including if highlights a significant importance to the use of space to the practices of leisure and tourism, in its various expressions.

Key-Work: Entertainment, urban space, landscape, Charter of Athens, Brasilia.



INTRODUÇÃO

O presente trabalho irá fazer uma reflexão sobre a produção do espaço de Brasília e sua destinação para o chamado lazer, que aqui será entendido de uma forma mais ampla, incluindo, contudo, a compreensão de seus diversos interesses culturais (DUMAZEDIER, 1974).

A discussão buscará remontar a história e os demais aspectos referentes à implantação da cidade, além de observar a evolução da ocupação deste espaço. O lazer, neste contexto, será entendido sob a ótica da vivência, no olhar de quem experimenta, em detrimento da visão da atividade enquanto negócio.

A escolha desta temática se fez por algumas razões importantes. Uma motivação que merece destaque é o fato de Brasília ser uma cidade única em sua proposta e conjunto arquitetônico, resultando numa obra *sui generis* do Planejamento Urbano, baseada nos princípios da Arquitetura Moderna, elementos que corroboraram para que lhe fosse concedido o título de patrimônio da humanidade.

Uma outra razão e, talvez, mais óbvia, é a de que as autoras habitam no Distrito Federal, desfrutando, portanto, de uma posição privilegiada para observação do objeto, a fim de extrair dele elementos significativos na análise proposta, mesmo correndo o risco de que muita aproximação contamine e carregue de parcialidade a investigação.

Um grande desafio deste estudo centra-se na busca de uma outra percepção na produção deste espaço de Brasília. A idéia é fugir do "lugar comum" presente nos estudos disponíveis. As menções encontradas sobre a cidade são em sua maioria à luz da Arquitetura e o Urbanismo, percebendo-se gradativa aproximação com a Geografia. Isso é compreensível devido à originalidade do projeto e sua importância enquanto um protótipo singular.

A presente proposta oferece um olhar interdisciplinar, que se apropria da cidade enquanto espaço urbano de produção das relações e



dinâmicas próprias, procurando pinçar os “fluxos” que lhe dão um sentido especial, que é um “fixo” muito peculiar. Assim, a investigação enfatizará a vida desta cidade que, além de ser ambiente de trabalho, preocupa-se com seus lazeres.

Neste contexto, o trabalho oferecerá uma observação alternativa da cidade provocante, que alia conceitos antagônicos: artificialidade e natureza. Assim vão se misturando muito cimento e muito verde, formas concretas bem delimitadas e amplidão que permite espaços imensos convidando à liberdade e ao movimento, escala monumental e escala humana, rigor no controle de uso do espaço (inclusive tombado) e permanente invasão de áreas públicas, desde seu início, uma história curta e vasta de significado.

Sob estes enfoques, espera-se, como resultado, oferecer argumentos que deixem emergir uma cidade planejada, pautada no corolário modernista de Le Corbusier, em princípio, funcionalista e compartimentado nos setores e serviços, mas que estimula o encontro a partir do exercício de suas funções sociais, das quais se destaca uma significativa importância ao uso do espaço para as práticas de lazer, em suas diversas expressões. Um traçado que dá excessiva atenção à circulação, principalmente de veículos, sem, no entanto, descuidar do compromisso com a circulação livre das pessoas pela quadras, prédios e parques.

Se, por um lado, a cidade nasceu para abrigar o “mundo do trabalho”, da máquina burocrática da sede do poder, com vistas ao desenvolvimento do interior, por outro, preocupou-se (ou permitiu), de maneira muito própria e peculiar, com a convivência das pessoas, sustentando em seu “plano piloto”, de maneira clara e intencional, o pressuposto da convivência, da vizinhança, das áreas verdes, da amplidão, do horizonte encontrando-se com o céu, da composição das superquadras com blocos baixos sobre pilotis, térreos com livre acesso e



áreas mais humanizadas. Tais aspectos são fundamentais e presentes na vivência do lazer de seus habitantes.

Dessa forma, serão trazidos para análise documentos oficiais e estudos históricos remontando à origem do processo de implantação da cidade e sua respectiva produção cultural. Para alicerçar o estudo, serão apresentados conceitos, tais como, lazer e algumas categorias geográficas (espaço urbano, cidade e paisagem). Além disso, irá resgatar alguns documentos basilares do Planejamento Urbanístico e das práticas de lazer, permitindo, assim, a construção de argumentos e reflexões que deverão apresentar outras faces de Brasília.

BRASÍLIA: BREVE HISTÓRIA DE UMA HISTÓRIA BREVE, DE MUITA ARQUITETURA E NATUREZA

Não parece errôneo afirmar que a concepção de Brasília promoveu um diferente casamento entre produção artificial e natural do espaço, formando uma nova paisagem – uma cidade planejada com forte presença de cimento e verde.

De um lado figura a natureza escolhida especialmente, numa área bem menor que a dimensão original que havia sido reservada, mais de 14 mil km². Atualmente, a área do Distrito Federal é de 5.814 km², encravada no Cerrado, um dos biomas mais ricos do país. Estima-se que cerca de 42% do território do Distrito Federal é formado por áreas de proteção ambiental, abrigando mais de 3 mil espécies vegetais, além da existência de uma fauna rica e variada, que reúne o segundo maior conjunto animal do nosso planeta, com mais de 1500 espécies catalogadas. Esta exuberância é devido ao encontro das três grandes bacias hidrográficas brasileiras: a Bacia Platina (rios São Bartolomeu e Descoberto), a Bacia Amazônica (rio Maranhão) e a Bacia São-Franciscana (rio Preto). Entre as bacias secundárias, destaca-se a Bacia do Rio Paranoá, tributária do rio São Bartolomeu, onde está situado o lago



artificial do Paranoá, criado juntamente com a cidade de Brasília. (DISTRITO FEDERAL, 2004).

Por outro lado, pode-se afirmar que Brasília é a expressão máxima da Arquitetura Moderna. Suas linhas retas e tons claros enganam aqueles que pensam que ela nasceu de última hora, do sonho visionário de JK. Apesar de sua pouca idade, tem longa história e sempre ligada aos que lutavam por uma pátria mais livre, soberana e desenvolvida. Sua construção é sonho antigo. Profetizada na longínqua Itália, por Dom Bosco, falando que uma grande civilização iria nascer entre os paralelos 15 e 20º, exatamente na localização em que se deu a construção da capital do Brasil, sua idealização vem dos tempos dos inconfidentes mineiros e do Marquês de Pombal, ainda no século XVIII. Seu nome, Brasília, já fora escolhido há quase duzentos anos, por José Bonifácio de Andrade, em 1823.

Saiu do campo dos sonhos para se tornar uma determinação da lei, quando a Constituição de 1891 reservou, no Planalto Central, uma área de 14.400 quilômetros quadrados para sua implantação. O projeto foi amadurecendo e ganhando forma e força. Em 1892, a missão Cruls, com o objetivo de explorar as potencialidades da região, relatou que a fauna e flora eram exuberantes.

Duas décadas mais tarde, o presidente Epitácio Pessoa lançou a pedra fundamental, no morro da Capelinha, em Planaltina, por ocasião das comemorações do Centenário da Independência do Brasil, em 7 de setembro de 1922. E, finalmente, em 1953 foi criada a Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital. Assim, o Sítio Castanho daria lugar ao futuro "plano piloto" (DISTRITO FEDERAL, 2004).

Contudo, somente em 1956 teve início a construção de Brasília. Oscar Niemeyer foi designado diretor de arquitetura e urbanismo da Companhia de Urbanização da Nova Capital (NOVACAP), que abriu concurso para a escolha do plano piloto, do qual o arquiteto e urbanista Lúcio Costa foi o vencedor.



Em 21 de abril de 1960, após mil dias de construção, o Presidente Juscelino Kubitschek inaugura a nova Capital. No ano de 1987, é declarada como Patrimônio Histórico da Humanidade pela UNESCO. Este reconhecimento do valor histórico de Brasília, com a sua inscrição na lista de bens do patrimônio mundial, exigiu a adoção de novos instrumentos jurídicos que definissem as diretrizes gerais de preservação da cidade, respaldando o compromisso internacional assumido pelo governo brasileiro.

Assim, em todo processo de implantação da cidade, ressaltam-se dois grandes marcos: a própria criação da NOVACAP e a promoção do Concurso Nacional do Plano Piloto da Nova Capital. O projeto urbanístico vencedor apresenta um traçado em cruz, adaptado aos relevos do local. Formula uma nova proposta de cidade planejada – uma cruz arqueada. Além desta forma inusitada, a cidade abarcaria a divisão em setores, aglutinando e separando os diversos serviços e setores e ousaria ter uma malha viária sem cruzamentos e semáforos, utilizando-se de elevados e viadutos, conhecidos atualmente pela população local como “tesourinhas” pela semelhança do desenho.

Ao lado de Lúcio Costa, viria compor a equipe o lendário Oscar Niemayer, que seria o magnífico escultor, projetando todo o conjunto de edificações e prédios da nova cidade. Niemayer, estimulado com o nascimento de uma escola urbanística da qual Le Corbusier, entre outros, é um de seus mais dignos representantes no cenário mundial, faz da construção da nova cidade seu laboratório. Nessa nova arquitetura urbana, é defendida a proposta do lazer associado às áreas verdes, onde contempla e descansa na presença de muito ar puro e áreas ensolaradas.

Essa tendência se consolida com a experiência inédita da construção de Brasília, uma cidade assentada nos conceitos modernistas, que valorizam a subjetividade humana para a realidade concreta de traços angulosos, superfície plana e muito verde. Em seu traçado, além de



permitir a presença do sol e do verde, traz para o cenário urbano os arrojados princípios da circulação.

Dessa forma, surgem os *park ways*, que, mesmo atendendo a uma outra função da cidade – a circulação –, pode-se, ainda, sim, fazê-lo em sintonia com o conceito de lazer, pois nas vias públicas e nas demais áreas por onde circulam veículos e pedestres há um explícito cuidado de paisagismo e retoque estético. Assim, uma rua não é uma simples rota de circulação, colaborando com a possibilidade de transformar o trajeto em um momento de deslocamento e contemplação. Outros aspectos sobre esta questão serão abordados mais a frente, tendo em vista que uma das mais fortes críticas sobre os pressupostos da construção de Brasília centra-se na excessiva importância que se dá à circulação e seus efeitos perversos.

ENTENDENDO O LAZER

Este tópico busca compreender as diferentes experiências de lazer existentes na sociedade contemporânea, refletindo sobre suas possibilidades como dimensão humana privilegiada. É comum, no debate sobre o lazer prevalecer, uma visão de que o entretenimento não passa de uma atividade econômica, de geração de renda, riquezas e oportunidades, esquecendo-se da “alma” do turismo, de suas características muito próprias que o tornam uma atividade tão cheia de atrativos, tanto para quem com ele trabalha como para quem o vivencia.

Na atualidade, cada vez mais tem sido anunciada a sociedade do lazer, que irá dispor de mais tempo, principalmente, em virtude das facilidades tecnológicas, dentre outros fatores, que tendem a reduzir o tempo empregado com o trabalho.

À primeira vista, a preocupação com o lazer pode passar pela antítese do trabalho, pois estabelece estreita ligação com o tempo que “resta” depois das obrigações realizadas, o que Marcellino (1990)



caracteriza como “tempo disponível”. Contudo, não se quer reduzir a questão ao conceito do “tempo livre”. Lazer deve ser entendido sob o tríplice aspecto – tempo, espaço e atitude. Nesta perspectiva, os valores em questão vão do objetivo ao subjetivo, do quantitativo ao qualitativo, do concreto ao abstrato. Muitos estudiosos têm se orientado para o aspecto “atitude”, levando em consideração a subjetividade do indivíduo na escolha e prática de seu lazer.

Não é tarefa simples conceituar o que é lazer. Ao se perguntar a várias pessoas o que é lazer, surpreende a gama de respostas diferentes que surgem. Uma das explicações para isto é apontada por Bramante (1998), que defende que o lazer é um “fenômeno pessoal”, destacando o “prazer” e a “criatividade” como atributos básicos. Cada pessoa tem sua forma peculiar de ocupar seu tempo livre com atividades que lhe dão prazer. Desta forma, pode-se afirmar que uma mesma atividade pode significar lazer para uma pessoa e absolutamente não para outra. O fundamental é entender que lazer é uma atividade dissociada do trabalho e que deve estar imbuída de um caráter de livre escolha, a qual deve promover satisfação e realização no indivíduo.

Marcellino (1990) entende o lazer como “*a cultura vivenciada – compreendida em seu sentido mais amplo – vivenciada (praticada ou fruída no ‘tempo disponível’* (p.31). Nas formulações de ambos os autores, está presente o aspecto da “atitude”, destacando a vivência subjetiva do sujeito, tanto praticando como fruindo uma experiência de lazer, o que aumenta as possibilidades de análise e estudo no campo do lazer.

Todos estes aspectos têm sido amplamente discutidos e pesquisados nas últimas décadas, tanto pelos estudiosos quanto pelo senso comum, favorecendo a múltiplas interpretações. Fato é que, apesar de suas origens semânticas e etimológicas serem antigas (*licere* – latim: lícito), a busca de uma sociedade do lazer é fenômeno recente, figurando definitivamente no vocabulário contemporâneo comum, apesar de sua utilização muitas vezes ser equivocada. Marcellino (1996) alerta para a



“*abrangência do lazer e seu entendimento parcial e limitado*” (p.23). É comum a confusão que se faz ao tratar lazer e recreação, lazer e esporte, lazer e práticas saudáveis como sinônimos. Em verdade, estas interpretações podem ser explicadas, considerando os diversos interesses, conteúdos e valores do lazer.

Estes valores são bem trabalhados por Dumazedier (1974), que os identificou como diferentes “interesses culturais do lazer”, justificados a partir de uma diversidade cultural inerente às experiências e às atividades de lazer. A partir da natureza predominante destas vivências variadas, o autor propõe: interesses sociais (encontros sociais festivos), físico-esportivos (atividades corporais e esportivas), artísticos (atividades envolvendo as artes), práticos (atividades manuais) e intelectuais (atividades cognitivas). Além desses, foram incluídos por Camargo (1986) os interesses turísticos.

A seleção dos interesses proposta por Dumazedier (1974) baseou-se notadamente na natureza das atividades e na diversificação das motivações individuais frente à ocupação do tempo livre. Vale uma aproximação na busca da compreensão por meio de exemplos. Os interesses manuais dão conta de atividades de precisão, manuseio e manipulação, tais como, a bricolagem, consertos domésticos, comuns na sociedade europeia, que adota a filosofia do “*do yourself* (faça você mesmo)”. Ainda sim, cabe lembrar que cuidar do jardim também promove uma economia no orçamento. Neste tipo de experiência, fica clara a “atitude” como uma variável fundamental para se considerar algum tipo de vivência uma prática típica de lazer.

Nos chamados interesses intelectuais, a leitura e a escrita são exemplos clássicos. Os interesses artísticos são tipicamente traduzidos pelas artes plásticas e cênicas. No entanto, como distinguir com clareza que uma peça de teatro ou um filme não transitam na dimensão intelectual? E a escultura não se trata de habilidade manual? As dificuldades taxionômicas são também notadas na identificação dos



interesses físico esportivos que abrangem as práticas esportivas e corporais. Como classificar a dança? Artístico ou físico esportivo?

Avançando na reflexão, talvez uma categoria bem própria e que não inspira grandes dificuldades no entendimento são os interesses turísticos, que foram aditados a esta classificação de Dumazedier por Camargo (1976), posteriormente. Mas mesmo assim, não são as viagens verdadeiras aulas de história e geografia? Afinal, depois de uma visita a Paris, fica bem mais fácil se lembrar onde fica a famosa Torre Eiffel, que, provavelmente, tenha sido registrada numa bela foto de souvenir. Além disso, não se deve olvidar que fotografar é uma expressão artística.

Porém, alerta-se para os limites de qualquer taxionomia que, ao propor classificações e tipologias, não dão conta de todas as nuances dos fatos e fenômenos, mas que no presente caso tem o mister de demonstrar a variedade do lazer e suas múltiplas faces. Além disso, as práticas de lazer, igualmente, se multiplicam, na medida em que também as pessoas são diferentes, com motivações e experiências distintas.

Nesta perspectiva, para efeito desta investigação, cabe resgatar que a história de Brasília inicia-se, em certa medida, por um intenso movimento migratório de conjuntos de populações que se entregaram a uma inexorável aventura da construção do novo lugar. Os primeiros anos foram marcados de improvisos e adaptações, provavelmente, baseados na miscelânea de culturas aqui representadas à época.

Neste cenário surgem indagações instigantes sobre a evolução da prática do lazer em uma cidade planejada e que foi constituída a partir de muito trabalho concentrado e de um vigoroso planejamento predominantemente setorizado.



A CARTA DE ATENAS – LAZER EXISTINDO NA CIDADE

É perceptível que os estudos sobre o urbanismo e arquitetura de cidades, freqüentemente, tangenciam superficialmente a temática do lazer, enfatizando a concepção do entretenimento e mesmo da indústria cultural e da atividade turística. De certo modo, as concepções de lazer apresentadas, em sua maioria, têm formulação de senso comum, normalmente, identificadas como dimensão e fato inerente à vida de uma cidade, pois seus moradores têm os momentos de diversão e descanso.

Neste contexto, é prudente remontar o arcabouço da “Carta de Atenas”, que tratou de maneira fundamental a questão do lazer no âmbito do Urbanismo e da Arquitetura. Esse documento consolidou a percepção da importância do lazer, elevando-o à condição de “função” da cidade, contribuindo de forma preponderante para os avanços dos estudos no campo do lazer ao considerá-lo como uma possibilidade de se opor à opressão do trabalho e à excessiva massa urbanizada de prédios e espaços da cidade.

A Carta é resultado do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, ocorrido em Atenas, no ano de 1933. Constituída por 95 itens, discorre sobre a cidade, apresentando dados, história, conhecimento técnico, tratando de generalidades e lançando alguns conceitos referentes à construção das cidades. Traça uma conseqüente radiografia da cidade e denuncia as questões urbanas e suas interfaces econômicas, políticas e sociais, sugerindo caminhos e alertando para cuidados imprescindíveis no planejamento urbano (LE CORBUSIER, 1964).

Neste histórico documento, conforme dito anteriormente, o lazer é consagrado como uma das quatro funções da cidade, ao lado de habitar, trabalhar e circular. Ao entendê-lo assim, corrobora com a importância do “espaço”, considerado uma das dimensões do tripé do lazer ao lado do tempo e da atividade.



Faz menção à necessidade de um Plano Diretor na organização e definição do uso do espaço urbano, no qual o interesse do coletivo seja mais relevante que o individual. A Carta conclama que os instrumentos de medida dos arquitetos devem se pautar na escala humana e seus valores, tomando a casa (moradia) como célula primeira do processo de urbanização. Além disso, anunciava, já naquela época, que seria também essencial se traçar um plano regional, uma vez que as cidades formam um sistema de influência e integração recíproca, o qual não deve ser esquecido, principalmente, na realidade das regiões mais distantes do centro, bem como dos subúrbios.

Em Brasília, fica explícita na proposta de Lúcio Costa, que elege como base conceitual de sua obra escalas humana, bucólica, monumental e residencial. Pode-se identificar o lazer permeando de alguma maneira estas medidas. Contudo, a escala bucólica atrai para si o maior compromisso com as práticas de lazer, sugerindo que uma ligação com a natureza, as áreas verdes e o lago seriam emissários desta premissa na vida da cidade.

Anunciava-se no congresso de Atenas, e hoje ainda parece uma visão futurista, que o crescimento da cidade deverá estar atento à preservação de suas condições naturais, com a presença indispensável do sol, espaço e vegetação. Mais uma vez, o espaço é considerado fundamental, o que, de uma outra maneira, faz interface com o lazer, lembrando que cada vez está mais o espaço destinado às práticas de lazer vem sendo restringido na ocupação e desenvolvimento urbano.

PERCEBENDO ESPAÇO, PAISAGEM E TERRITÓRIO

É comum no campo do urbanismo e arquitetura o emprego de terminologias polissêmicas, devido, principalmente, a suas semelhanças. Esta produção de sentidos diversos provoca, muitas vezes, confusão conceitual. Neste contexto, o presente trabalho tomará como base o



suporte teórico oriundo da Geografia sobre alguns termos, os quais facilitarão a análise e discussão sobre a compreensão dos espaços e territórios da cidade de Brasília, enfocando a produção dos espaços do lazer.

Santos (1997) assinala que o espaço é o conjunto de fixos e fluxos. *"Estes elementos fixos, fixados em algum lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos e renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais e redefinem cada lugar"* (p. 50). Então, para entender o espaço, não pode se limitar à dimensão física do ambiente, onde as coisas se localizam.

É preciso considerar, além do sistema de objetos (tudo que existe na superfície – herança natural ou resultado da ação humana), um sistema de ações (processo dotado de propósito, agente capaz de promover as mudanças no ambiente circundante) (SANTOS, 1997). Nessa composição, os objetos e as ações são inseparáveis. A superfície, com seus objetos, recebe sempre a ação do ser humano, que, ao modificá-la, também acaba por promover uma mudança em si mesmo.

Para um estudo apropriado da cidade, cumpre entendê-la como espaço que transpõe além dos limiares físicos, que sofre a influência do sistema de ações humanas. Outra polaridade pode ser explorada. O espaço não existe sem o tempo que lhe dá sentido e historicidade. Na visão de Santos (1997), uma dimensão não acontece sem a outra realizando a composição inseparável da própria geografia com a história. Esses transcurso cronológicos carregam de significados as paisagens, que, sem estas ações, se limitam a meras formas sem conteúdo.

Um outro conceito importante para a compreensão da produção do espaço, do urbanismo e da dinâmica da cidade é sobre a paisagem. Segundo Cruz (2002), apesar de abarcar possíveis divergências, há um consenso entre os autores, principalmente os geógrafos e arquitetos, de que toda paisagem é uma porção visível do espaço geográfico.



A autora resgata as idéias de Oliver Dollfus, de que as paisagens sejam reflexos da parte que se vê dos espaços, classificando-as em três grupos: naturais, modificadas e organizadas. O primeiro tipo diz respeito às paisagens que não foram modificadas ou tocadas pela ação humana. A segunda categoria refere-se àquela que recebeu alguma transformação a partir da interferência humana, quais sejam: agricultura, extrativismo ou mesmo a realização de queimadas. No grupo das paisagens organizadas estão as que sofreram "uma ação meditada, combinada e contínua sobre o meio natural" (apud CRUZ, p. 109, 2002).

Cruz (2002) levanta, a partir das contribuições de Milton Santos, três aspetos das paisagens: a concretude dos arranjos das formas, a fixidez espacial, onde as formas-contéudo dão concretude às paisagens no espaço, e a dimensão histórica, considerando as mudanças ao longo do tempo, incluindo os processos sociais.

Um terceiro conceito essencial para o entendimento do espaço urbano é o território. O território é determinado pelo uso do espaço ou o espaço de uso. Um mesmo espaço poderá abrigar vários territórios, haja vista as diferentes funções de uso que experimentar em momentos distintos. Assim, uma praça poderá ser para circulação durante o dia, do encontro ou do trabalho no horário noturno e do lazer no período de férias ou fins de semana. Um território se constitui, desta maneira, pelo significado de sua utilização.

Brasília constitui-se numa paisagem organizada, fruto da transformação determinada pela ação humana, de quem a planejou idealizada e de quem a construiu tornando-a real. Esta cidade explicita sua concretude, dando novos conteúdos a uma paisagem natural, retorcida e ampla do cerrado, o qual, na época da construção, não era muito considerado. A história de Brasília é breve e tem a característica da síntese, pois é formada pelos olhares e costumes dos vários "brasis" que aqui aportaram para edificá-la. Cabe, então, identificar como tem sido



formulada e formada sua história e sua tradição, que mistura tantas heranças.

ALGUMAS QUESTÕES URBANAS DA CIDADE - ESPAÇOS DE LAZER

Para efeito deste trabalho, importa recorrer ao projeto original idealizado pelo seu autor, o urbanista Lúcio Costa. Em 1956, seu projeto, apresentado no documento intitulado "Relatório do Plano Piloto de Brasília", foi o vencedor do Concurso Nacional do Plano Piloto da Nova Capital, definido pela Comissão Julgadora como "o único plano para uma capital administrativa do Brasil... claro, direto... fundamentalmente simples... tem o espírito do século XX: é novo; é livre e aberto; é disciplinado sem ser rígido" (apud DISTRITO FEDERAL, 2004). Para se ter uma noção, o concurso contou com 26 projetos, dos quais somente 10 se classificaram. No edital havia uma orientação para o aproveitamento das singularidades do sítio paisagístico, bem como a previsão de construção de um lago.

O Relatório é composto por 15 desenhos e um memorial contendo 23 itens que descrevem cada uma das idéias propostas. De fato, mesmo para pessoas sem a formação necessária, lendo e observando os desenhos esboçados, o leitor é transportado para a paisagem virtual construída poeticamente por sua narrativa envolvente.

Tendo a simplicidade como base, Lúcio Costa inicia seu Relatório agradecendo a oportunidade de "desvencilhamento das soluções possíveis" como uma resposta ao desafio de conceber a nova capital. Elege dois riscos em forma de cruz, como um primeiro gesto de quem demarca um espaço ao elaborar um mapa, lembrando as asas de um pássaro ou de um avião. A cruz determinava os grandes eixos viários, entrecortados por vias de menores dimensões. E deste cruzamento nasce o traçado da cidade. Um traço origina o eixo monumental, o outro, o eixo rodoviário.



O urbanista alerta que uma cidade moderna não deveria ser concebida como “urbs”, mas como “civitas”, propondo que deveria ser mais importante considerar os habitantes do que dar formas no espaço organizado. Continua em sua introdução que a capital deveria ser “monumental”, não por ostentação, mas por seu significado.

Então, sintetiza o escopo do projeto

Cidade planejada para o trabalho ordenado e eficiente, mas ao mesmo tempo cidade viva e aprazível, própria ao devaneio e à especulação intelectual, capaz de tornar-se, com o tempo, além de centro de governo e administração, num foco de cultura dos mais lúcidos e sensíveis do país (DISTRITO FEDERAL, 2004).

O memorial esclarece algumas influências, escolas e escolhas adotadas. É modernista, embora consciente do progresso que provocaria no interior do país, remetendo, de certa forma, a uma tradição colonial de desbravamento. Considera as características topográficas. Inspira-se nos “terraplenos orientais milenares”, com o uso dos patamares diferentes, enfatizando assim a escala monumental. Absorve os jardins ingleses com amplos gramados – os Malls, um lugar de gente no exercício de cidadania e civismo pela grande vão central da esplanada. Acolhe a idéia americana dos “park ways”, de amplos eixos de circulação rodeados de árvores. Propõe uma cidade com edificações, pouco verticalizadas, com até seis pavimentos, nos moldes dos padrões europeus, onde as pessoas têm privilégio de circular por entre seus pilotis².

Em toda a apresentação fica clara uma arrojada combinação de espaço urbano funcional, paisagem monumental, presença de humanização e acurado esmero estético no conjunto arquitetônico.

A função circulação recebe especial atenção revelando sua importância no planejamento urbano, entretanto aponta conceitos de vanguarda. Abolir os cruzamentos parece ser um ponto alto. Estimular a

² As edificações de Brasília são comumente denominada de blocos, que são erigidas sobre pilastras de sustentação. Na prática o andar térreo é vazado permitindo o livre acesso dos transeuntes uma vez que os prédios não possuem grades ou cercas de proteção. É possível fazer um percurso em diagonal quase reta cruzando de uma ponta a outra de uma quadra. Fato impossível de se pensar nas cidades tradicionais, pelo traçado dos quarteirões, com grades muros e ruas.



fluidez do trânsito em “tramas autônomas”, ao mesmo tempo garantir o acesso a pé aos lugares, com vias de tráfego local, vielas de acesso, passeios e percursos cheios de sombra e vegetação. Lúcio Costa propõe esta organização dos fixos para facilitar os fluxos

... sem contudo levar tal separação a extremos sistemáticos e antinaturais pois não se deve esquecer que o automóvel, hoje em dia, deixou de ser o inimigo inconciliável do homem, domesticou-se, já faz, por assim, parte da família. Ele só se “desumaniza”, readquirindo vis-à-vis do pedestre feição ameaçadora e hostil quando incorporado à massa anônima do tráfego. Há então que separá-los, mas sem perder de vista que, em determinadas condições e para comodidade recíproca, a coexistência se impõe (DISTRITO FEDERAL, 2004).

Muitas e severas críticas recaem sobre a dependência da cidade ao automóvel. E isto se justifica, pois os deslocamentos pela cidade são predominantemente realizados desta forma. O que parece merecer mais análise é se o planejamento original não previa ou permitia soluções mais adequadas. Embora o plano tenha ressaltado a importância do automóvel, a colocação em setor nobre e estrategicamente localizado da rodoviária denunciava que uma cidade não pode prescindir de um transporte público coletivo adequado. Em certo trecho, o documento descreve, inclusive, a rota que os ônibus deveriam fazer a fim de aproveitar o último lance contemplativo dos moradores da esplanada monumental, antes de retorno para a casa.

Dentre muitos detalhamentos, embora sucintos e extremamente instigantes, cabe duas menções relevantes que demonstram a permanente preocupação com o espaço de lazer das pessoas: a concepção das quadras residenciais e a do lago. A disposição das superquadras em blocos (agrupadas em número de quatro prevendo um núcleo de serviços local) aponta duas vantagens, a de se permitir deslocamento das pessoas a pé por vias arborizadas e mesmo a qualidade arquitetônica da construção.



No projeto original, o urbanista evitou implantar áreas residenciais na orla do lago, a fim de manter a região “intacta”, “*tratada com bosques e campos de feição naturalista e rústica para os passeios e amenidades bucólicas de toda a população urbana*” (DISTRITO FEDERAL, 2004). A intenção era de destiná-la às experiências de lazer. Isto, porém, foi modificado logo após o Concurso, por determinação da NOVACAP, dentre outras modificações ocorridas na ocasião. Esta atitude, mais do que contrariar o Plano Piloto, transgrediu as determinações previstas no Código Florestal, que proíbe construção em áreas de matas ciliares. Ressalta-se que esta lei data da década de 30, muito anterior a todo este processo de implantação e construção. Hoje, sabe-se das conseqüências do uso e ocupação inadequada e danosa para toda a região do lago. Talvez pudesse ter sido evitada.

Resgatar este documento permite uma viagem ao passado, que provoca estranhos sentimentos. Ao se comparar com a realidade atual, pode-se avaliar o que deu certo e o que ficou apenas na intenção. De certa maneira, o leitor que mora em Brasília ou a conhece muito bem tem a oportunidade de questionar se a cidade é mesmo uma utopia, como muitos insistem em classificar. Independentemente do resultado desta leitura, enriquece a avaliação e interpretação dos fatos que envolvem a vida da cidade, perceber quais foram as intencionalidades de seu idealizador.

Outro documento que foi trazido ao foco da presente reflexão foi o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, publicado em 1997, abordando questões referentes ao Uso e Ocupação do Solo, Parcelamento do Solo, Sistema de Planejamento, Programas Prioritários e Instrumentos de Política Urbana. O PDOT é fruto de uma discussão dos diversos órgãos do governo e da sociedade civil organizada, num processo iniciado no ano de 1995, que viria reformular o Plano vigente de 1992, no sentido de propor mudanças e correções existentes.



As discussões técnicas dos diferentes órgãos e instituições realizadas na fase de elaboração convergiram em três grandes temas. O primeiro, a questão socioeconômica, tratando da dinâmica populacional, atividades econômicas e desenvolvimento integrado. O segundo, o meio ambiente e sistemas de infra-estrutura, analisando as principais características e problemas ambientais e identificando os pontos do território de maior e menor fragilidade. Por último, habitação, questão fundiária e políticas sociais, abordando os problemas e políticas fundiárias e de habitação, incluindo a questão dos parcelamentos irregulares, e as políticas de educação, cultura e esportes, saúde, segurança e seu rebatimento no território.

Ao final deste processo, que durou cerca de dois anos, o PDOT foi estabelecido pela Lei Complementar nº 017, de 28 de janeiro de 1997. Acompanhando a lei, consta ainda um Documento Referência e Mapas de Zoneamento e Macrozoneamento. O Plano Diretor de Ordenamento Territorial tem por objetivo servir de orientação e referencial da ocupação espacial, estabelecendo o macrozoneamento, além de abranger os mecanismos para uma gestão efetiva do desenvolvimento territorial do Distrito Federal.

Neste contexto, cabe ressaltar que em seus 93 artigos é predominante a preocupação com a dimensão ambiental, bem como a abordagem dos recursos hídricos. Esta ênfase dada à questão ecológica se justifica pelo fato de Brasília e o Distrito Federal como um todo estarem cercados por áreas de conservação ambiental, conforme já foi dito e provavelmente pelo fato de que é atual a preocupação da sociedade contemporânea com o meio ambiente.

No capítulo que trata do Macrozoneamento, o lazer está presente em vários tipos de áreas. Chama atenção, porém, a presença do lazer ao lado do uso agropecuário e da instalação de atividades agroindustriais na Zona Rural de Uso Diversificado. Isso demonstra a visão dos empreendimentos de lazer, ou seja, lazer como negócio, neste caso,



atividades tipificadas como experiências rurais. No âmbito do Zoneamento, preocupado com a preservação ambiental, também o lazer figura como forma de designação de área, tais como, as Áreas de Lazer Ecológico.

Igualmente na Zona Urbana de Consolidação, que abrange, dentre outros espaços, o Plano Piloto e a região do Lago Paranoá, como área de patrimônio tombado, o PDOT apresenta lazer como gerador de negócio, sugerindo a criação de um pólo de atração para o lazer, cultura e educação. O Projeto Orla materializa em parte estas propostas.

A partir dessas análises preliminares, não parece ser equivocado inferir que o lazer ganha atenção no espaço da cidade, no viés da lógica da produção, na medida em que busca caminhos e demonstra preocupação com a geração de oportunidades.

Quase 50 anos separam os dois planos. O primeiro parte do marco zero e vem com o imenso desafio de dar as diretrizes iniciais para se construir o futuro, o próprio desenvolvimento mais do que de uma cidade, e, sim, de toda uma região, e, por que não dizer, um redescobrimento do interior do Brasil, revitalizando o tratado das Tordesilhas. O outro não tem responsabilidade menor, posto que avalia e dá prosseguimento ao processo de ocupação e uso dos espaços e territórios, indo muito além do solo. Se, por um lado, conceber inteiramente uma cidade é importante, de outro, garantir sua existência adequada certamente é tarefa árdua.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os argumentos apresentados no corpo deste debate buscaram construir uma outra ótica de interpretação da produção de espaços da planejada cidade de Brasília. Resgatando o trajeto histórico da implantação da cidade, foi possível aproximar-se de alguns personagens essenciais, principalmente, de seu planejador, o urbanista Lúcio Costa. Isso proporcionou entender melhor os bastidores deste Plano.



Respinga em Brasília uma crítica freqüente de que a influência modernista, bem descrita na Carta de Atenas, segmentou a cidade provocando frieza e distanciamento das relações humanas. Diz-se até que a inexistência das esquinas e cruzamentos das ruas provocam a ausência do encontro. Segundo o urbanista Jaime Lerner, a grande tragédia do modelo proposto pela Carta de Atenas é justamente analisar as funções “habitar, morar, trabalhar e lazer” separadamente. Uma cidade não pode ser assim hermeticamente compartimentalizada. Ilustrando o que significaria essas suas funções integradas, considera a rua como a síntese de uma cidade, onde se mora, trabalha, conversa, além de se circular.

Em outros tempos, também era característica desta jovem cidade um esvaziamento, principalmente, aos fins de semana, como acontece nos escritórios que ficam “fechados” quando não é o horário comercial. Pois, afinal, se Brasília é uma cidade administrativa e nela só se pode trabalhar, pode-se, então, quando muito, apenas descansar para esperar a próxima jornada. O que passou despercebido é que os moradores pioneiros pertenciam a outros lugares e a saudade e a vontade de retorno as origens os atraíam e por isso se deslocavam tanto quanto era possível.

Com o tempo, uma nova geração passou a ocupar de forma distinta este território com suas próprias tradições e novas relações. Ficar passou a ser um novo “movimento”. Hoje Brasília tem intensa programação cultural, familiar e de lazer aos fins de semana e pode-se mesmo inferir que o esvaziamento que ocorre aqui se assemelha ao de qualquer centro urbano, por razões diversas, o que, aliás, é bom para o negócio turístico.

O Projeto de Lúcio Costa demonstra com clareza suas intenções de se criar a interface entre a escala monumental a escala humana. Está presente de forma ostensiva o conceito da vizinhança. As superquadras, a Praça dos Três Poderes e a Esplanada construindo um centro cívico. Sendo única e pioneira, Brasília avançou as fronteiras do país e não tem nada de ufanista em se reconhecer isto.



Entretanto, mais parece uma conclusão apressada de quem se assusta com o novo e não tem a paciência e a adequada atenção para observar melhor os detalhes do conjunto. Assim, os equívocos e reducionismos acabam sendo inevitáveis. Mesmo porque a história da construção desta cidade é ainda muitíssimo curta e há a necessidade da ação do tempo para o natural amadurecimento.

No começo existia apenas um espaço, uma paisagem natural. A partir de uma intencionalidade, então, buscou-se a modificação desta paisagem com a intervenção do homem, meditada, combinada e contínua, pois ainda acontece. O resultado está igualmente em pleno dinamismo. Mesmo que a ordem desenvolvimentista dos anos 60 tenha apregoado fazer 50 anos em 5, o fato irrefutável é que Brasília ainda não completou meio século. Sobre o tempo, Jaime Lerner lembra que Brasília é uma cidade de menos 60 anos e as pessoas querem que ela tenha a mesma estrutura de uma cidade de 500 ou 600 anos.

Aproximando-se das últimas considerações, vale retomar o processo de construção dos espaços de lazer. A própria existência da cidade já implica numa construção de uma paisagem para a vivência do lazer. Uma cidade única por si só atrai o olhar interessado e curioso pelo inédito, para a admiração do monumental. Aqui pode-se praticar o lazer com feições urbanas, ao mesmo tempo considerando as demais dimensões culturais do lazer. Além disso, salienta-se que a própria presença de um lago, como demanda presente no formato burocrático de um edital, demonstra uma preocupação com a ambientação mais propícia para os lazeres³.

Por fim, os dois planos apresentados representam dois momentos bem distintos, muito embora tenham trazido uma característica comum, a importância no trato com a natureza. No Plano inicial da cidade, a paisagem, apesar de bucólica, foi trazida com certa artificialidade. No

³ Cabe resgatar os comentários de que nos estudos documentais da construção de Brasília “os argumentos para a existência de um lago fazem referência, especificamente, aos aspectos da composição paisagística, lazer, esporte e potencial hidrelétrico que o represamento das águas viabilizaria” (DISTRITO FEDERAL, 2004).

Brasília, a cidade do trabalho ou lazer? Re-visitando seus espaço e territórios

Elcie Helena C. Rodrigues, Elaine Cristina dos S. Ferreira e Hélia Ferreira Dutra



segundo, a preocupação se volta para os cuidados com a preservação do ambiente, o que está em jogo no processo de produção e apropriação do espaço nos próximos 50 anos e muito mais. Qual será o retrato do lazer?

REFERÊNCIAS

BRAMANTE, A. C. *Lazer: concepções e significados*. Belo Horizonte: Revista Licere do Centro de Estudos de lazer e recreação - UFMG, vol. 1, nº 1, 1998.

CAMARGO, L. O. L. *O que é lazer*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CAMARGO, A. *Turismo: como aprender e como ensinar*. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

CRUZ, R. de C. A da. Paisagens artificiais criadas pelo turismo. In: *Turismo e paisagem*. São Paulo: Editora Contexto, 2002.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos Disponível em <<http://www.semarh.df.gov.br>> Acesso em: 29.jul.2004.

_____. Secretaria de Turismo. Disponível em <<http://www.setur.df.gov.br>> Acesso em: 28.jul.2004.

DUMAZEDIER, J. *Lazer e cultura popular*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

LE CORBUSIER. *Carta de Atenas*. In: IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna. Belo Horizonte: Diretório Acadêmico da Escola de Arquitetura da UFMG, 1964.

MARCELLINO. N. C. *Lazer e Educação*. Campinas: Papirus, 1990.

_____. (org). *Políticas públicas setoriais de lazer: o papel das prefeituras*. Campinas: Autores Associados, 1996.

PEIXOTO, N. B. *Paisagens Urbanas*. São Paulo: Editora SENAC/Editora Marca D'água, 1996.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

FERREIRA, A B. de H. *Novo Dicionário da língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Fronteira, 1ª edição.s/d.

ROLLEMBERG, R. Brasília. Patrimônio Cultural da Humanidade, Informe Publicitário. s/d.